

LIGUE 1747

**INTERNET PARA PROFISSIONAIS**



1747 HELPSDESK

Distribuidor oficial MIKROTIK

# vertical

UM JORNAL POR FAX

Ano XXI, Maputo quarta-feira, 16.08.2023 Nº 5.409

**SOLUÇÕES DE INTERNET À SUA MEDIDA OU DA SUA EMPRESA**

LIGUE 1747

Distribuidor oficial MIKROTIK

**vertical #0** Jornal que (às vezes) lhe escapa  
 VINTE & UM ANOS Pela Verdade, Verticalidade e Manutenção de Decência

**MaxTurbo**

A sua internet **Banda Larga sem fio**, em 4.5G  
 Tenha uma experiência sem igual em sua casa.  
 A partir de **700MT/mês**

Vá a uma loja Tmcel ou contacte o seu gestor. | PÓS-PAGO | Termos e condições aplicáveis

4.5G

Tmcel

## Vodacom instala cabo submarino 2Africa em Nacala e reforça serviços de internet

**- Primeiro cabo submarino a aterrar em Moçambique promete melhorar os serviços prestados aos clientes da Vodacom -**

(Maputo) O maior sistema de cabos submarinos do mundo, o 2Africa, foi lançado oficialmente ontem, dia 15 de Agosto, na cidade de Nacala-Porto, província

de Nampula. Um data center ao qual o cabo de fibra óptica está conectado também foi inaugurado oficialmente na mesma cidade, pelo parceiro do projeto, Master Power Technologies.

Este é o primeiro cabo submarino a aterrar no norte do país, depois de ter

aterrado em Maputo em Fevereiro, com a promessa de maior capacidade de internet e conectividade acelerada para os clientes da Vodacom, apoiando a crescente economia digital em Moçambique.

**continua pag. 2**

## INEXISTÊNCIA DE LEI MODELO: Faz com que leis moçambicanas não tenham identidade única

(Maputo) Não existe em Moçambique uma lei modelo sobre a norma, ou seja, um conjunto de regras de legislação material e formal adoptado que deve ser seguido quando se

pretende desencadear iniciativa de lei. Esta situação faz com que as leis produzidas em Moçambique não tenham uma identidade única, pois o sistema legislativo moçambicano é influenciado por diferentes povos em função dos consultores envolvidos, juristas ou técnicos que materialmente produzem as propos-

tas de leis.

O Vice-Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Edson Macuácu, que avançou esta informação na palestra que ministrou, no passado dia 11 de Agosto, no Gabinete do Provedor de Justiça, subordinada ao tema: "O Processo Legislativo Moçambicano –

No âmbito da pandemia da **Covid-19** A **ClubNet** oferece **+2** Mbps de velocidade a todos os pacotes ilimitados.

www.clubnet.mz

Procedimentos e Desafios”, dirigida aos funcionários daquele órgão, disse ser importante a uniformização do modelo sobre normação, para que as leis produzidas em Moçambique ganhem uma identidade própria, através de criação de uma espécie de lei formulário, que todos os envolvidos na produção legislativa possam seguir para desencadear uma iniciativa legislativa.

“Nós não temos em Moçambique a chamada lei quadro sobre a normação, pelo menos de forma escrita, não existe. No dia-a-dia existe porque, se o Governo submeter ou quiser apresentar uma proposta de lei haverá aquele processo de elaboração de pareceres por parte das comissões parlamentares, mas sem seguir ou cumprir nenhum modelo”, disse Edson Macuácu, para depois referir que a Assembleia da República, o Governo e o Presidente da República são as entidades que estão formalmente investidos de poder de desencadear ou impulsionar uma iniciativa legislativa no país.

O Vice-Ministro entende que num Estado de Direito Democrático não se devia excluir os cidadãos de ter possibilidades de desencadear um impulso legislativo, mas sim, regular para que saibam quando é que se desencadeia, em que limites, e como é que se procede.

Apesar de não estar regulado, há leis que são aprovadas na Assembleia da República que são da iniciativa de grupo de cidadãos ou das organizações da sociedade civil.

“A questão que se coloca é, qual é o critério para que a Assembleia da República aceite receber, aprecie e aprove normas que vem de organizações da sociedade civil, se não está legislado?”, indagou, para depois referir que “estamos num campo de alguma subjectividade, porquanto, há também muitas iniciativas de lei das organizações da sociedade civil que não são apreciadas na Assembleia da República. Talvez haja o fenómeno de lobby, o que faz com que aquelas organizações com algum activismo ou apoio consigam influenciar a agenda parlamentar para introduzir suas iniciativas de leis. Às vezes, questiona-se a quem beneficia essas



iniciativas e se são preocupações da comunidade, da população ou de quem as financia?”.

O antigo deputado e Secretário do Estado na Província de Manica, avançou que um dos aspectos que também afecta o sistema legislativo é o facto de o parlamento não funcionar com base em planos legislativos.

Segundo Macuácu, nos planos quinquenais e anuais da Assembleia não há previsão dos actos legislativos a serem aprovados, estes vão acontecendo por pressão de um e outro interessado por atingir uma e outra meta, ou por satisfazer um e outro compromisso, mas não há uma visão integral sistémica de construção do edifício do Estado de Direito Democrático, através do exercício do poder político.

Macuácu afixou que a inexistência de planos legislativos tem como consequência a existência de uma série de direitos fundamentais que não se exercem por falta de leis para regular e quando exercidos é com alguma deficiência, porque a Constituição da República não está regulamentada.

“Se houvesse um plano legislativo, far-se-ia levantamento de actos previstos na Constituição que carecem de impulso legislativo”, anotou, indicando, a título ilustrativo, alguns direitos consagrados na Constituição que carecem de

impulso legislativo, destacando o direito de resistência, direito de acção popular, objecção da consciência, o referendo, o estatuto da oposição, direito à replica dos partidos políticos em relação às comunicações do partido do Governo.

“Não existem leis para regular essas matérias. Em bom rigor estaríamos perante uma situação de omissões legislativas inconstitucionais, porque não são normas que devem depender da vontade do titular do poder legislativo, são normas de imposição e previsão constitucional, e num rigor funcionamento do Estado de Direito Democrático haveria lugar não só à fiscalização e declaração da inconstitucionalidade legislativa ou da omissão, como também para se demandar em sede da responsabilização dos poderes públicos por omissão em caso de lesão aos direitos fundamentais dos cidadãos”.

Num outro desenvolvimento, o governante destacou a evolução institucional e felicitou o Provedor de Justiça pelo trabalho que tem vindo a realizar, tendo destacado a sua abertura para receber diferentes personalidades de referência nacional e internacional, que ajudam na divulgação da instituição, para que a sociedade e o cidadão possam conhecer melhor a instituição. Refira-se que 99,9% das leis moçambicanas são de iniciativa do Governo e não do Parlamento.

## continuação da pag. 1

Através desta infraestrutura de cabo de fibra óptica submarina, a Vodacom fornecerá uma saída internacional directa para serviços de internet mais rápidos e confiáveis no país.

O consórcio 2Africa inclui oito parceiros internacionais: China Mobile International; Meta; Bayobab (anteriormente

Vodacom instala cabo submarino 2Africa em Nacala e reforça serviços de internet

MTN GlobalConnect); Laranja; Centro3; Telecom Egipto; Grupo Vodafone (empresa-mãe da Vodacom); e WIOCC. Essas empresas associaram-se para construir a 2Africa. Lançado em Maio de 2020, o projecto do cabo submarino visa aumentar significativamente a capacidade, qualidade e disponibilidade de co-

nectividade de internet entre a África e o resto do mundo.

A Vodacom é o parceiro designado para a aterragem em Moçambique, fornecendo infraestrutura para a instalação de cabos nos locais existentes na área do porto de Maputo e no porto de Nacala.

“A aterragem do cabo submarino 2Africa reafirma o compromisso da Vodacom em potenciar a inclusão digital em Moçambique e no continente africano, aumentando o acesso a serviços de internet de qualidade e investindo em infraestruturas de rede para o suportar. Este é um desafio ambicioso para o qual não podemos alcançar resultados sozinho. A colaboração entre outros \_players\_ da indústria e do sector público é fundamental, para permitir a ligação de mais cidadãos no país e em todo o continente”, revelou José Mendes da Vodacom.

A partir dessa infraestruturas, os provedores de serviços poderão obter capacidade de forma justa e equitativa, incentivando e apoiando o desenvolvimento de um ecossistema saudável de serviços de internet. A conectividade internacional directa pode então ser fornecida a centros de dados, empresas e clientes distribuidores. Assim que o sistema do cabo de fibra óptica for implantado, empresas e consumidores beneficiarão de melhor qualidade, confiabilidade e menor latência para serviços de Internet, incluindo teletrabalho,

streaming de vídeo de alta definição, bem como aplicativos avançados de multimídia e vídeo móvel.

A chegada do sistema de cabo de fibra óptica também oferece potencial para a tão necessária criação de empregos regionais em sectores que dependem de conectividade internacional directa, como data centers, call centers e desenvolvimento de software. Esta oportunidade de emprego pode ajudar a contribuir para o desenvolvimento socio-económico local e nacional.

O projecto 2Africa apoia um maior crescimento do 4G, 5G e acesso à banda larga fixa, proporcionando melhor conectividade para áreas rurais e carentes, bem como resiliência de rede. Como porta de entrada para a conectividade internacional, a aterragem do cabo de fibra óptica ajudará a desenvolver redes de telecomunicações em todas as províncias do país.

Os sistemas de cabos submarinos que fornecem redes internacionais entre continentes e países são parte integrante da cadeia de valor da conectividade e aumentam a capacidade da Internet de atender às demandas actuais e futuras

da crescente digitalização de África, ao mesmo tempo em que catalisa o crescimento económico. Um estudo da RTI indicou que se espera que o cabo 2Africa estimule um impacto económico de US\$ 26,2-36,9 bilhões, equivalente a 0,42-0,58% do PIB de África, dentro de dois a três anos após seu comissionamento.

A Alcatel Submarine Networks é responsável pela fabricação e instalação do cabo 2Africa, cuja conclusão está prevista para 2024.

O sistema de cabos tem 45.000 quilómetros de extensão e uma capacidade projectada de 180 Terabits por segundo. Ele conectará a Europa (a leste via Egipto), o Oriente Médio (via Arábia Saudita) e a África.

Essencialmente, o projecto the2Africa conectará 19 países na África e 33 no total.

O sistema de cabo submarino de fibra óptica permite que mais comunicações acessem recursos on-line transformadores, desde educação e saúde até empregos e serviços financeiros, e experimentem os benefícios económicos e sociais da conectividade contínua.

## Cimeira da SADC vai discutir candidatura de Angola à Presidência da União Africana

(Luanda) A pretensão da candidatura de Angola à presidência rotativa da União Africana (UA) no mandato de 2025 vai ser apreciada e discutida durante a 43ª Reunião Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC, esta quinta-feira (17/08), em Luanda.

A informação foi avançada, segunda-feira pelo porta-voz da Cimeira, Jorge Catarino Cardoso, no final da reunião do Conselho de Ministros, que confirmou a pretensão de Angola apresentar a candidatura. Questionado se as autoridades angolanas tinham solicitado apoio para a sua candidatura junto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o diplomata disse ser um assunto ainda inconclusivo. “Só depois de ser apreciada pelos Chefes de Estado, haverá uma decisão (definitiva) sobre o assunto, mas o assunto faz parte da

agenda”, referiu.

Ainda no quadro do processo de candidaturas, o também director para a África, Médio Oriente e Assuntos Regionais do Ministério das Relações Exteriores, adiantou que a SADC apresentou um conjunto de candidaturas para as organizações internacionais, quer ao nível da União Africana, quer nas agências das Nações Unidas.

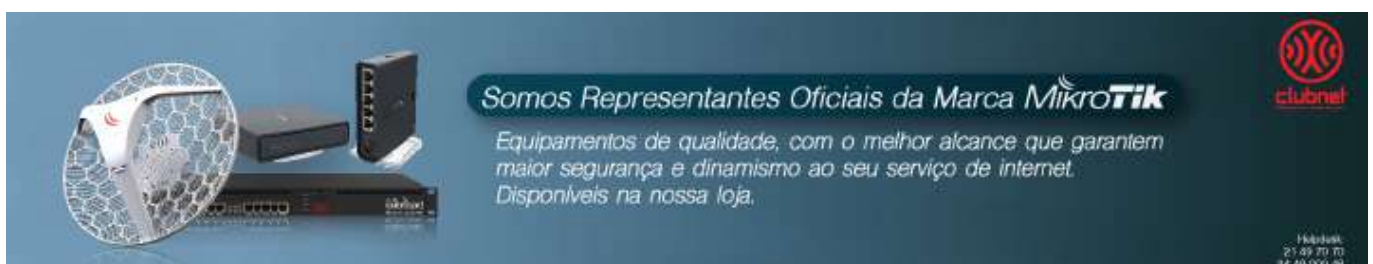
“Este foi o fórum em que os Estados-membros com candidatos vieram solicitar o apoio da Região e neste sentido forjamos as melhores estratégias diplomáticas para garantir que os nossos candidatos e as nossas candidaturas tenham melhores resultados e não se trata apenas de candidatos individuais”, disse Jorge Cardoso, ao se referir a um dos pontos discutidos na reunião do Conselho de Ministros.

A título de exemplo, apontou o facto de o líder do Parlamento da Tanzânia estar a concorrer para o cargo de presidente da União Inter-Parlamentar (UIP), cuja eleição acontece durante a assembleia a ter lugar em Outubro, em Luanda. A Zâmbia, por sua vez, concorre para o cargo de secretário-geral da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal).

### Operações humanitárias e emergenciais

O porta-voz da 43ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC adiantou que, durante o encontro, a ter lugar na próxima quinta-feira, em Luanda, Angola deverá assinar o Memorando que estabelece a operacionalização do Centro Regional de Operações

continua pag. 12



Somos Representantes Oficiais da Marca MikroTik

Equipamentos de qualidade, com o melhor alcance que garantem maior segurança e dinamismo ao seu serviço de internet. Disponíveis na nossa loja.

Hábitak  
21 49 70 73  
44 40 000 43

## TERMÓMETRO

Hoje, previsão de tempo totalmente nublado e chuva. Temp.: Máx. 22 Min. 16. Amanhã, previsão de tempo nublado/limpo. Temp.: Máx. 26 Min. 16. Sexta-feira, previsão de tempo nublado/limpo. Temp.: Máx. 32 Min. 16. Sábado, parcialmente nublado/limpo. Temp.: Máx. 24 Min. 19. Fonte: <http://weather.-edition.cnn.com>

## No prelo

Caros automobilistas: Evite acidentes de viação! Para e repense. **28 de Agosto à 3 de Setembro de 2023**, decorre a 58ª Edição da Feira Internacional de Maputo - FACIM 2023, no Centro Internacional Feiras e Exposições de Ricatla, Distrito de Marracuene, Província de Maputo. **7 de Setembro**, Dia da Vitória e da assinatura dos Acordos de Lusaka.

**25 de Setembro**, Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. **4 de Outubro**, feriado e Dia da Reconciliação Nacional. **12 de Outubro**, Dia dos Professores Moçambicanos. **10 de Novembro**, Dia do Município da Cidade de Maputo. **1º de Dezembro**, Dia Mundial de combate ao HIV/SIDA. **25 de Dezembro**, celebração do Natal e Dia da Família Moçambicana.

## Quotas dos Estados-membros da CPLP deverão aumentar 27%

- Secretário-Executivo, Zacarias da Costa -

(Maputo) Os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deverão ter um aumento de 27% das quotas a partir de 2025, de acordo com uma proposta a aprovar no próximo Conselho de Ministros da organização.

Em declarações à Lusa, o Secretário-Executivo, Zacarias da Costa, adiantou que o aumento que deverá ser proposto em Conselho de Ministros (reunindo os chefes da diplomacia dos Estados-membros), antecedendo a cimeira da organização, que decorre no dia 27 em São Tomé e Príncipe, deverá entrar em vigor em 2025.

Segundo o diplomata timorense, este aumento das quotas permite à CPLP ter um orçamento anual da ordem dos “3,2 milhões de euros” e uma estrutura que

permita ao bloco lusófono “fazer face aos novos desafios”.

A proposta foi analisada em reunião do Comité de Concertação Permanente (CCP, que reúne os embaixadores dos nove Estados-membros), na passada sexta-feira, adiantaram à Lusa fontes diplomáticas.

De acordo com Zacarias da Costa, no último CCP foram aprovados outros documentos, nomeadamente para a criação de dois cargos para a nova direção de Assuntos Económicos e Empresariais, personalidades a indicar por Angola, que detém a presidência rotativa da organização até à cimeira de São Tomé e Príncipe, que assumirá então a liderança para os próximos dois anos.

Esta direção foi criada para dar resposta aos desafios do quarto objetivo

da CPLP, o da Cooperação Económica, proposto pela presidência angolana, e já integrado nos estatutos da organização, desde que foi aprovado na última reunião extraordinária de Conselho de Ministros em Luanda.

O responsável adiantou que Angola consignou “uma verba superior a 400 mil euros para fazer face ao pagamento das remunerações e o resto [do custo] que está associado, através da transferência do Fundo Especial para o orçamento de financiamento, para fazer face a esses

### RENOVAÇÕES & NOVAS ASSINATURAS 2023

Lembramos aos nossos estimados assinantes e anunciantes, que já estão a decorrer os processos de renovações das subscrições de novas assinaturas para 2023 e os contratos para inserção de anúncios publicitários. Os pagamentos são efectuados em cheque ou transferências bancárias para conta: 109-1216281003; NIB: 000301090121628100372 - Standard Bank. Para informações adicionais, contactar o Gerente da empresa, Senhor Zacarias do Couto: celulares + 258 86 12 40 384/82 83 69 710/848106656/860187013/82 97 76533/840152631 e/ou por E-mail: [vertical@clubnet.co.mz](mailto:vertical@clubnet.co.mz), [zacariasdocouto@hotmail.com](mailto:zacariasdocouto@hotmail.com), [victorjustinom@gmail.com](mailto:victorjustinom@gmail.com),

### CÂMBIOS/USD

15.08.2023 - Nova Iorque

#### Moeda compra

Coroa/D	5.74
Coroa/N	5.52
Coroa/S	6.46
Euro	0.74
Iene	89.35
Libra/GB	0.62
Rand	8.68
Real	2.03

(fonte: [pt.exchange-s.org/converter/USD/JPY/1](http://pt.exchange-s.org/converter/USD/JPY/1))

vertical

Um jornal por Fax: Proprietário - Repórteres Associados Lda.; Número de Registo de Título: GABINFO-Dispensa do registo-DE-2001. Número de Entidades Legais-100067056(02/07/2002). Editor: Victor Matsinhe; Redacção: Avenida Sebastião Marcos Mabote, Q. 12, R. 10, Bairro das Mahotas (Distrito Municipal Ka Mavota), Maputo (Cidade das Acácias e Jacarandás), Moçambique, Cel: + 258 86 12 40 384/+258 82 97 76 533/+258 84 01 52 631/+258 86 018. 70 13. E-mail: [vertical@clubnet.co.mz](mailto:vertical@clubnet.co.mz); [victorjustinom@gmail.com](mailto:victorjustinom@gmail.com); Assinaturas mensais: - ordinária: 1.500 Mt; institucional: 2.000 Mt; embaixadas e ONGs estrangeiras: 2.100 Mt e Agências de Comunicação e Publicidade; 2.900 Mt e outras moedas ao câmbio do dia. Número de Registo Fiscal (NUIT): 400096686

custos das duas personalidades que irão integrar o secretariado-executivo”.

Isto significou, segundo o secretário-executivo, a luz verde para a “operacionalização” da nova direção.

Assim, o memorando de entendimento e os contratos serão assinados em São Tomé e Príncipe, no dia 24, ainda antes da cimeira, e a nova direção poderá entrar em funcionamento em setembro em Lisboa.

A verba para o funcionamento da nova direção é consignada por Angola “por três anos”, ou seja, está assegurado o financiamento da nova direção até 2025.

Questionado sobre como seria assegurado o financiamento desta nova direção já depois de 2025, o secretário-executivo respondeu: “Eu creio que os Estados-membros, ao concordarem com a criação da nova direção, estão também a pensar na sustentabilidade da organização”.

As propostas que estão a ser preparadas para irem ao Conselho de Ministros, que antecede a XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, “também contempla um ajustamento de carreiras, um ajustamento nos salários, um aumento de pessoal, não só para a nova direção, mas também para outras áreas que estão a ser subavaliadas”, frisou.

E, por isso, será proposto também “um reforço das contribuições obrigatórias” dos Estados-membros, concluiu, dando a entender que a proposta tem parecer positivos dos países que compõem aquela organização.

A CPLP é composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São

Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

## **BANCO MUNDIAL CITA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE POR ACTUAR CONTRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

São Tomé e Príncipe está entre os exemplos de acções com o apoio do Banco Mundial para prevenir e responder à violência de género na última década. No período, a atuação da instituição aumentou 10 vezes em várias regiões e setores.

Uma nova Estratégia de Género do Banco Mundial está prevista para iniciar no próximo ano. O plano até 2030 aposta em “inovações, financiamento e ação” pelo fim do problema que já foi vivido por um terço das mulheres de todo o planeta.

## **NOVO AMBIENTE REGULATÓRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Em nível global, são cerca de 736 milhões de vítimas de episódios de violência cometidos por parceiro íntimo e/ou abuso sexual de um não parceiro ao longo da vida. Em relação às meninas, quase 12 milhões se casam a cada ano antes de completar 18 anos.

Para a realidade são-tomense, um dos ganhos da parceria foi o novo ambiente regulatório e os mecanismos de implementação para prevenção nas escolas. Após a COVID-19, o país se beneficiou do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

As autoridades são-tomenses revisaram os normas escolares para permitir que meninas possam permanecer na escola caso engravidem.

O país lusófono, que não tinha uma política abrangente para detectar e proteger as meninas contra a exploração

sexual e assédio nas escolas, agora está aberto ao fortalecimento de capacidades para que elas cuidem de sua saúde sexual e reprodutiva.

## **PROTAGONISMO AOS SOBREVIVENTES**

O arquipélago produziu regras de protecção para criar um sistema de notificação e encaminhamento de casos dando maior protagonismo aos sobreviventes. Uma das novas medidas é que as autoridades podem acelerar casos que precisem de processo criminal.

Um novo código de conduta foi lançado para funcionários de escolas públicas. Além disso, foi realizada uma revisão do currículo sobre saúde sexual e reprodutiva.

A expectativa é que essas acções ajudem a baixar taxas de abandono escolar e a melhorar os resultados académicos para meninos e meninas.

## **MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA**

No geral, o Banco Mundial diz observar uma melhor disposição de governos em aplicar seus recursos para resolver a questão e reduzir as desigualdades de género.

O novo plano global da instituição prevê promover oportunidades económicas, a ação de mulheres líderes e abordar várias facetas da violência baseada no género com a sociedade civil, membros de comunidades, governos, setor privado e academia.

O desempenho deve desencorajar a mutilação genital feminina, sofrida por 200 milhões de pessoas.

A instituição destaca os impactos emocionais, sociais e económicos negativos em nível global.

(NM/ONU News)

REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
O Nosso Maior Valor é a Vida

**Tens Dúvidas Sobre Coronavírus?**

**Consulte GRÁTIS**

**PENSA**  
PLATAFORMA EDUCATIVA DE INFORMAÇÃO SOBRE A SAÚDE  
\*660#

**ou Ligue GRÁTIS para o**

Alô Vida! 84146 | vodacom 82149 ou 1490 | tmcel 1490 | móvel 1490

## *Margarida Talapa congratula INSS pelo crescimento da carteira de investimento*

(Maputo) A Ministra do Trabalho e Segurança Social, Margarida Adamugi Talapa, congratula o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) pelo crescimento da carteira de investimentos, cujo fundo de reservas duplicou no presente quinquénio 2020-2024, com o potencial de atingir altos patamares.

A governante congratulou ainda o INSS pelo facto de a conta anual referente ao exercício económico do ano de 2021 ter sido aprovada sem reservas, pelo auditor externo e pelo independente.

A governante fez o reconhecimento esta Segunda-feira, na cidade da Beira, província de Sofala, durante a abertura da Reunião Nacional do INSS, evento que contou com a presença da Secretária de Estado na Província de Sofala, Stella da Graça Pinto Novo Zeca, dos parceiros sociais, designadamente a Confederação das Associações Económicas (CTA), Organização dos Trabalhadores de Moçambique - Central Sindical (OTM-CS) e Confederação dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO), represent-

# Maputo



antes de pensionistas, entre outros.

O evento, de dois dias, tem como objectivo fazer o balanço das actividades desenvolvidas pela instituição no ano de 2022 e até ao primeiro semestre de 2023, bem como reflectir sobre as políticas e os instrumentos de gestão para o ano de 2024.

Pelos resultados registados, Margarida Adamugi Talapa incentivou aos gestores do INSS e demais quadros da instituição a prosseguirem com a implementação das medidas administrativas tomadas, com vista a aprimorar os mecanismos de gestão da instituição.

No âmbito de inscrição de novos contribuintes (empresas) e beneficiários (trabalhadores), Talapa deu a conhecer a inscrição no Sistema de Segurança Social, durante o primeiro semestre do ano em curso, de 6.975 contribuintes, 59.141 beneficiários e 3.157 Trabalhadores por Conta Própria (TCP).

Sobre o processo de inscrição de trabalhadores moçambicanos no estrangeiro, referiu terem sido já sensibilizados cerca de 14.000 trabalhadores, dos quais foram inscritos 2.353 trabalhadores na República da África do Sul e no Reino de Eswatini (ex-Suazilândia).

No âmbito da sustentabilidade do Sistema, a ministra desafiou o INSS a reforçar as parcerias com as organizações representativas dos trabalhadores e empregadores para facilitar a identificação de devedores e, sobretudo, a empreender acções de sensibilização focadas à importância na canalização de contribuições devidas ao INSS para o futuro dos trabalhadores e seus familiares.

“Os nossos parceiros de administração da justiça, nomeadamente, os tribunais, a procuradoria-geral da República, o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e o juízo privativo de execuções fiscais, têm sido actores activos nesta missão de redução da dívida, pelo que gostaríamos de exortá-los a imprimir maior celeridade na instrução e julgamento de casos de falta de pagamento de contribuições”, disse.

### **AGOSTINHO VUMA DA CTA DEFENDE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO INSS NO SECTOR PRODUTIVO**

Para o Presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA), a aplicação de fundos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ao sector produtivo, além dos títulos do Tesouro, para melhorar o ambiente de negócios.

“Nos últimos tempos, o INSS investiu mais nos bilhetes e obrigações do Tesouro, em detrimento do investimento produtivo. A CTA está disponível no sentido de apoiar a revisão da legislação pertinente para alargar o âmbito de investimento,

### **SUA ASSINATURA VALE OURO EM 2023**

**Na busca da Verdade, Verticalidade e Manutenção de Decência, publicamos mais de 10 artigos entre notícias, análises e opinião de Segunda-Feira. Um jornalismo profissional que fiscaliza o Poder Executivo, Legislativo e Judicial. Veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância no quotidiano, nas redes sociais e traça uma linha clara entre a verdade e a mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo. Assinaturas mensais: - ordinária: 1.500 Mt; institucional: 2.000 Mt; embaixadas e ONGs estrangeiras: 2.100 Mt e Agências de Comunicação e Publicidade; 2.900 Mt e outras moedas ao câmbio do dia. Ajuda a Erguer um projecto que prima pela Verdade, Verticalidade e Manutenção de Decência, há mais de 20 anos.**

## *Notícias Breves*

**(Maputo)** A PSI Public Services International (Serviços Públicos Internacionais) uma Federação Sindical Global de mais de 700 sindicatos que representam 30 milhões de trabalhadores em 154 países, o Sindicato Nacional da Função Pública (SINAFP) e a Organização dos Trabalhadores de Moçambique, Central Sindical (OTM-CS), promovem, nos dias 16 e 17 de Agosto de 2023, na Escola Central de Formação de Quadros da OTM-CS, sita na Matola, Província de Maputo, um Simpósio do Trabalho em Moçambique, tendo como objectivos: 1. Facilitar o engajamento entre as partes interessadas, principalmente o governo e os funcionários e agentes do Estado, a fim de promover o diálogo e o entendimento no setor público para um progresso, económico, social e bem-estar dos moçambicanos, 2. Sensibilizar e educar um público mais alargado sobre a importância, principais evoluções e tendências da negociação coletiva em Moçambique, 3. Analisar os desafios atuais relacionados ao trabalho, reflexão em termos das lacunas nas políticas públicas e desenvolvimento de estratégias para promover os direitos dos trabalhadores, normas laborais e melhores condições de trabalho e 4. Estabelecer as bases para o trabalho em rede, solidariedade e partilha de informações.

**(Maputo)** O Ministério da Saúde intensifica o trabalho que visa estancar o ressurgimento de surtos da cólera em alguns pontos do país. O vice-ministro da saúde, Ilesh Jani, anunciou que brigadas multifuncionais estão no terreno a trabalhar com as comunidades, sobretudo na província de Nampula, onde duas pessoas morreram recentemente devido a doença. O Vice-ministro da saúde, Ilesh Jani, falava esta segunda-feira, em Boane, província de Maputo, após o lançamento do inquérito de avaliação da imunidade e cobertura pós vacinação contra a COVID-19.

**(Maputo)** O professor catedrático e escritor moçambicano, Brazão Mazula, lançou, no dia 10 de Agosto, a sua obra literária intitulada “vejo o país com os olhos de coração”. Na informação divulgada pela mídia, Brazão Mazula explicou que esta obra literária serve como convite para a sociedade ler, refletir e analisar as possíveis soluções sobre os problemas do país. “Por outro lado falo da democracia deste mesmo país. Há avanços e recuos na democracia do país: num dia Moçambique insere o Homem na política de governação e noutro mata-o”, explicou. Entretanto, naquela cerimónia de lançamento da obra que contou com presença de jornalistas, empresários, académicos, docentes, escritores e sociedade civil, Mazula aproveitou o momento para informar que a literatura em destaque é a última na sua carreira como escritor, construída há cerca de 25 anos. Refere-se que a obra “vejo o país com os olhos de coração” é corporizada por dez (10) temas de intervenção social e não só e que já existe uma biblioteca municipal, apelidada em seu nome, na cidade de Maputo.

# **vertical**

com vista a melhorar o ambiente de negócio no País”, disse Agostinho Vuma.

O responsável referiu que as reservas financeiras do INSS duplicaram nos últimos três anos, mas que, ao mesmo, esta situação constitui motivo de preocupação já que representou um maior retorno na aplicação em bilhetes e obrigações do Tesouro, em detrimento do investimento produtivo.

“Esta opção do INSS, apesar de oferecer garantias de retorno e sem risco, empobreceu o sector produtivo. E reconhecemos que o INSS tem uma grande limitação legal em termos de investimento”, frisou. “Estando o INSS na dianteira no processo de transformação digital, com reflexo na melhoria dos serviços aos contribuintes, a sua expansão pelo País e a consolidação dos processos de modernização e informatização, a CTA congratula-se com a boa relação de trabalho com o Ministério da tutela, testemunhada pela recente revisão da Lei do Trabalho, aprovada por unanimidade na

Assembleia da República. Permitam-me que destaque algumas inovações, como sejam a introdução do regime de suspensão do contrato por motivos de força”, explicou Vuma, sobre as recentes alterações legais. E continuou: “para a CTA, este regime visa, essencialmente, acautelar a sobrevivência das empresas, visto que, em momentos de força maior, estas podem não estar a laborar, e, por isso, impossibilitadas de cumprir com as obrigações”.

#### **DG DO INSS DESTACA INVESTIMENTO EM SECTORES ESTRATÉGICOS**

Por seu turno, Joaquim Siúta, Director-Geral do INSS, reconheceu a necessidade de investir em sectores estratégicos no sentido de fomentar o crescimento económico e em termos de posto de trabalho, admitindo a utilidade da sugestão dos empresários.

“É certo, sim, o que a CTA diz. Porque o INSS deve contribuir para o

desenvolvimento do País, para a geração de mais postos de trabalho. Se investirmos nos sectores estratégicos, teremos um crescimento muito grande em termos de postos de trabalho e isto significa que as receitas destes vão aumentar significativamente. E isso é bom para os trabalhadores e é bom para a sociedade moçambicana”, apontou.

No entanto, alertou que a instituição tem de pesar os riscos na aplicação dos recursos da segurança social, face a erros do passado: “temos que ter o máximo de cuidado nos investimentos por causa da história de investimentos, que pareciam bons. No entanto, tivemos situações de que podemos qualificar como se fossem burlas. Por isso é que temos casos que estão [a ser apreciados] em tribunal”.

A Reunião Nacional do INSS junta membros do conselho de administração e da direcção-geral, chefes de departamento central, delegados provinciais e outros quadros do INSS.

## **ELECTRIFICAÇÃO DO NIASSA: PCA da EDM** *insta observância de Medidas de Segurança no Trabalho*

(Maputo) O Presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM) o Engº Marcelino Gildo Alberto está de visita à Província de Niassa para acompanhar o progresso dos projectos de electrificação visando o Acesso Universal à Energia Eléctrica a todos os moçambicanos, até 2030.

Marcelino Gildo Alberto que está em Lichinga para participar no Conselho Coordenador do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, escalou os Distritos de Sanga e de Lago, no âmbito das visitas que tem vindo a efectuar tendo em vista monitorar de perto os trabalhos de expansão da Rede Eléctrica Nacional (REN) e massificação das novas ligações.

A Província de Niassa é composto por 41 Postos Administrativos, 31 dos quais já electrificados, sendo que o desafio para os próximos anos é de efectuar cerca de 42000 novas ligações.

No Distrito de Sanga, o PCA da EDM visitou a Unidade de Serviço ao Cliente, dependência da EDM que assiste cerca de 9321 Clientes. Já na Zona de Serviço ao Cliente de Mentagula, Distrito de Lago, com cerca de 7041 clientes, o Eng. Marcelino Gildo alberto, partilhou com os trabalhadores os resultados de desempenho alcançados pela Empresa no último exercício económico de 2022.



Depois de ter passado por todas as Direcções Regionais e Áreas de Serviço ao Cliente, as visitas do PCA da EDM estão agora centradas às Unidades e Zonas de serviço ao Cliente, localizadas em zonas mais recônditas do País, visando mais proximidade com os trabalhadores, engajando-os, igualmente, para o cumprimento das metas estratégicas da empresa, com destaque para a redução de perdas e massificação de novas ligações.

Constituem também preocupações do PCA da EDM a mobilização dos tra-

balhadores no cumprimento rigoroso das medidas de higiene, segurança e protecção individual. “Aqui na EDM a meta é Zero Acidentes do Trabalho. O nosso foco é electrificar Moçambique sem sacrificar a saúde dos nossos trabalhadores, garantido, acima de tudo, o alcance da meta de acesso universal à energia de todos os moçambicanos, até 2030”, sublinhou Marcelino Gildo Alberto.

Importa referir que decorrem, na capital da Província do Niassa, trabalhos de ampliação do Subestação de Lichin-



ga, com a montagem de um novo transformador de 40 MVA 110/33 kV, tendo em vista a melhoria da disponibilidade e fiabilidade no fornecimento de energia para o centro daquela cidade e arredores.

## INE: Economia cresce 4,67% no 11º trimestre de 2023

(Maputo) O Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano cresceu 4,67% no segundo trimestre, impulsionado pelo crescimento no sector primário. Os dados constam no relatório de Contas Nacionais divulgado segunda-feira (14), pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Este desempenho, segundo o relatório, soma-se aos 4,17% registados de Janeiro a Março, igualmente em termos homólogos, resultando num crescimento económico acumulado no primeiro semestre de 4,42%.

A economia moçambicana deverá crescer 5% em 2023, segundo a previsão do Governo.

Neste relatório, o INE acrescenta que o desempenho da actividade económica no segundo trimestre de 2023 é justificado, “em primeiro lugar”, pelo sector

primário, que cresceu 8,98% face ao mesmo período de 2022, “com maior destaque” para o ramo da Indústria de Extracção Mineira, com uma variação de 42,71%, seguido pelo ramo da Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura, Exploração Florestal com cerca de 3,11%.

Seguiu-se o sector terciário, com uma variação de 4,24%, com destaque para o ramo dos Transportes, Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes e Informação e Comunicações, com um crescimento de 6,85%, seguido pelo ramo de Hotelaria e Restauração com variação de 5,51%, enquanto o ramo dos Serviços Financeiros aumentou 3,40%.

Por último surge o sector secundário, que caiu, em termos homólogos, 6,52%, “induzido pelo ramo da Construção”, com variação negativa de 10,43%, se-

guido pelo ramo da Indústria Manufactureira, com uma queda de 7,72% e, por último, o ramo da Electricidade, Gás e Distribuição de água, que reduziu 0,18%.

Segundo o INE, os ramos da Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura, Exploração Florestal e actividades relacionadas “tiveram uma maior participação na economia”, com um peso conjunto no PIB do segundo trimestre de 25,89%, seguido pelo ramo de Transportes, Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes e Informação e Comunicações, com peso de 10,36%.

Em terceiro lugar surge o ramo de Comércio e Serviços de Reparação, com 8,92% do PIB total do trimestre, seguido do ramo da Indústria de Extracção Mineira, com 7,48%.

## Duas personalidades próximas ao Presidente de Madagáscar detidas por tentativa de corrupção

**- Assessor de líder de Madagáscar acusado de buscar suborno de minerador de pedras preciosas do Reino Unido. Agência Nacional do Crime da Grã-Bretanha prende Romy Andrianarisoa e associado por suposta abordagem a Gemfields -**

(Maputo) O chefe de gabinete do Presidente de Madagáscar foi acusado no Reino Unido de crime de suborno por causa de uma abordagem que a Agência Nacional de Crimes disse ter sido feita a uma empresa de mineração de pedras preciosas.

A NCA disse que Romy Andrianarisoa, chefe de gabinete do presidente Andry Rajoelina, e Philippe Tabuteau, um associado de Andrianarisoa, foram presos na quinta-feira por suspeita de suborno da mineradora britânica Gemfields para obter licenças no país insular.

De acordo com a NCA, Andrianarisoa, 46, e Tabuteau, um cidadão francês de 54 anos, são suspeitos de tentar

obter subornos no valor de cerca de £ 225.000, bem como uma participação acionária de 5% em qualquer projeto de Madagáscar da Gemfields, que informou a NCA das alegações.

Andrianarisoa e Tabuteau foram presos em Londres na tarde de quinta-feira, informou a agência, em uma reunião em que eram suspeitos de terem tentado solicitar suborno. A prisão ocorreu após uma “investigação acelerada sobre suspeita de suborno em ação”, disse a NCA.

Desde 2008, a Gemfields é proprietária da Oriental Mining, com sede em Madagáscar, licenciada para minerar pedras preciosas e semipreciosas no

país. Atualmente detém licenças para extrair rubis, esmeraldas e safiras lá, de acordo com atualizações do grupo listado em Londres e Joanesburgo, mas não possui nenhuma mina em operação no país. A NCA não especificou a quais licenças os supostos delitos estavam relacionados.

“Sou grato à Gemfields por trazer este assunto à nossa atenção e por sua cooperação contínua com a investigação”, disse Andy Kelly, chefe da Unidade Internacional de Corrupção da NCA.

“Suas reações rápidas para envolver a NCA foram críticas para nossa capacidade de prosseguir com este caso.”

A dupla foi mantida sob custódia



REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA SAÚDE

**SE TEM DÚVIDAS SOBRE  
CORONAVÍRUS LIGUE GRÁTIS  
PARA O SERVIÇO ALÔVIDA**

DAS 08:00 HORAS ÀS 22:00 HORAS  
(DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA)  
DAS 08:00 HORAS ÀS 22:00 HORAS  
(AOS SÁBADOS)

**NAS SEGUINTES LÍNGUAS**

- Português
- XiChope
- Elómwè
- CiNhandja
- XiChangana
- Emacua
- CiShona
- Inglês
- Bitonga
- XiSena
- Echuabo



82149 OU 1490      84146      1490

até sua audiência em 8 de setembro no Southwark Crown Court. Cada um foi acusado de solicitar, concordar em receber ou aceitar suborno de acordo com a Lei de Suborno de 2010.

Ofensas sob a seção relevante da lei podem incorrer em multas ou pena de prisão de até 10 anos.

Gemfields se recusou a comentar. O governo de Madagascar, Andrianarisoa

e Tabuteau não responderam imediatamente aos pedidos de comentários.

Não há indícios de acusações contra Rajoelina, DJ e empresário que virou político. Anteriormente, ele foi presidente de 2009 a 2014, depois que um motim militar deu seu apoio a ele, encerrando um impasse político.

Ele ganhou a presidência novamente nas eleições de 2018. O primeiro

turno das próximas eleições presidenciais está marcado para novembro.

A mineração tem sido tradicionalmente uma indústria importante em Madagascar, contribuindo para a maioria dos investimentos de entrada no país entre 2005 e 2013. No entanto, isso diminuiu nos últimos anos, em parte como resultado da incerteza política após o golpe de 2009.

## **O Pensamento de: Osvaldo Mboco \* Os Desafios da Presidência de Angola na SADC 2023-2024**

A SADC, como qualquer bloco económico regional, apresenta desafios que precisam de implementação de estratégias para colmatar as fragilidades e as ameaças do processo integrativo, e promover o desenvolvimento ao nível da região. Importa fazer um recuo histórico, de modo telegráfico, para a melhor compreensão das diferentes etapas que dominaram o surgimento da organização.

Abordagem histórica da SADC remete-nos para o ano de 1975, com o surgimento dos Países da Linha da Frente (PLF), um movimento com objectivo de apoiar os países que lutavam contra o colonialismo, racismo e a dominação da minoria branca. Os PLF tiveram como os membros originais Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

Em Julho de 1979, na Conferência de Arusha, acordou-se uma estratégia de lançamento da Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC), herdeira do espírito norteador dos PLF. Um ano mais tarde, em 1980, na cimeira de Lusaka é lançada a SADCC, sob o lema: "África Austral à Liberdade Económica".

O alcance da independência da Namíbia, em 1990, marcou oficialmente o fim da luta contra o colonialismo na região, e permitiu aos países da África Austral traçarem e desenvolverem novas metas para o crescimento e desenvolvimento económico, paz e segurança regional, promover o bem-estar das populações, bem como acelerar a cooperação e integração económica da região.

Com base neste espírito, a 17 de Agosto de 1992, na cimeira de Windhoek (Namíbia), sob o lema, "SADC Rumo a uma Integração Económica", a SADCC é transformada para Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que trouxe consigo princípios inovadores como: Desenvolver políticas destinadas à eliminação progressiva dos obstáculos à livre circulação de capitais, mão-de-obra, mercadorias e serviços em geral, à livre circulação de pessoas da região.

As assimetrias e complexidade de funcionamento das economias, bem como as fragilidades sociais dos Estados-membros da SADC, dificultam a materialização dos objectivos e metas traçadas, quer ao nível dos objectivos do bloco económico, e quer ao nível dos programas traçados, a título de exemplo o RIDISP.

Os desafios da presidência de Angola na SADC são múltiplos e de vária ordem; desde a económica, política, paz e estabilidade, industrialização entre outras questões que se colocam como factores de estrangulamento para o desenvolvimento da região.

A presidência de Angola na SADC vai debater-se com vários assuntos que dominam a agenda do bloco, como a paz no leste da RDC, que é um dos "dossiers" que a diplomacia angolana tem estado a trabalhar para pacificação da região,

realidade que tem desalojado milhões de pessoas e criado milhares de refugiados, e o terrorismo em Cabo Delgado, em Moçambique.

A par dos desafios de segurança, o bloco bate-se com falta de infra-estruturas de apoio ao comércio, desde portos, aeroportos, estradas regionais, caminhos-de-ferro transfronteiriços, e a fraca capacidade industrial, bem como o fluxo de trocas comerciais incipientes ao nível do comércio intra-regional.

Outrossim, importa referenciar que países como Angola, RDC e Ilhas Shéycheles que até à presente data não implementaram o protocolo sobre trocas comerciais, facto este, que não permite a implementação de modo efectivo e regional da Zona de Comércio Livre, que até certo ponto permitiria, uma maior liberalização e aumento do fluxo do comércio intra-SADC sob os bens e produtos no âmbito das regras de origem dos Estados-membros, obedecendo aos critérios de produção para que um produto seja considerado feito na SADC e beneficiar da redução da tarifa.

É quase impossível pensar que a presidência de Angola solucionará todos os problemas, mas é possível pensar que Angola deve se ater, num primeiro plano, aos problemas estruturais da organização, como paz, segurança e estabilidade regional e num segundo plano, colocar na agenda política do bloco as questões referentes a industrialização da região que não são uma discussão nova, mas determinante para o aumento do comércio da região, as questões ligadas a aposta na juventude e no empoderamento das mulheres.

Angola terá uma oportunidade sublime de colocar na discussão da agenda do bloco, as questões ligadas as infra-estruturas de apoio ao comércio, com maior realce para o caminho-de-ferro, tendo em atenção o investimento feito pelo país ao nível do corredor do Lobito e partindo do pressuposto de que é uma infra-estrutura que permitirá uma maior circulação e dinamizar o comércio na região, sem descorar que seis Estados-membros do bloco não têm saída para o mar. Uma abordagem nesta direcção, para além das vantagens de Angola em beneficiar-se dos produtos que poderão circular no seu corredor, e a possibilidade de se tornar um caminho-de-ferro transfronteiriço que ligaria o Oceano Atlântico ao Índico, passando por Angola, RDC, Zâmbia e Tanzânia, este último, ligando aos portos de Dar-es-salaam, e se existir vontade política, de Dar-es-salaam igará a Beira (Moçambique), e de Beira até a Ilha de Cabo na África do Sul, que poderá em simultâneo promover o turismo regional e o intercâmbio cultural, mas do que um processo integrativo com o pendor económico poderá servir de um bloco que proporciona para as populações o bem-estar e permitir que abordagem da SADC não se limita nas questões económicas,

mas que transcende até ao modo de vida dos cidadãos do bloco, ou seja, que os cidadãos entendam as vantagens, im-

portância e beneficiam-se das políticas engendrada ao nível da SADC.

## AM BEST INDICA POSIÇÃO SÓLIDA DA SEGURADORA:

# Agência internacional reafirma solidez da Fidelidade Moçambique

(Maputo) A agência de rating internacional AM Best reafirmou a avaliação de solidez financeira da Fidelidade Moçambique, atribuindo-lhe classificações de elevada robustez financeira e de gestão.

A agência, especializada em avaliação de riscos do segmento dos seguros, considera que a Seguradora tem um “histórico de resultados sólidos” em Moçambique, “apesar de operar num mercado de contexto desafiante”, atestando que “a Fidelidade Moçambique mantém uma posição competitiva sólida no mercado nacional”, reafirmando-se “como a terceira maior seguradora” do país.

A AM Best confirmou a avalia-

ção de solidez financeira (Financial Strength Rating) com a classificação B (‘fair’, ou seja, íntegro e adequado) e a capacidade de resposta para créditos de longo prazo (Long-Term Issuer Credit Rating) com a classificação ‘fair’ (igualmente ‘fair’) da Seguradora, mantendo-se o outlook (perspectiva futura) destas notações de crédito (ratings) estável.

A Fidelidade Moçambique reafirma, assim, a classificação alcançada já entre 2019 e 2022, sendo a única seguradora moçambicana com uma avaliação de rating de carácter internacional.

Os ratings reflectem a solidez do balanço financeiro da Fidelidade

Moçambique, que a AM Best avalia como forte, a par da robustez do desempenho operacional, perfil de negócio e gestão do risco empresarial.

Este é mais um reconhecimento do trabalho de excelência que a Seguradora tem desenvolvido em Moçambique, privilegiando uma cada vez maior proximidade com clientes e parceiros, transmitindo elevados índices de confiança ao mercado.

Com um portfólio de produtos e serviços inovadores sustentados por equipas altamente capacitadas, a Fidelidade Ímpar traça uma trajectória de afirmação, crescimento, prestígio e sustentabilidade, com reconhecimento internacional.

## Membros do Governo de Limpopo capacitados pelo INSS

(Maputo) Membros do executivo do recém-criado distrito de Limpopo, na província de Gaza, foram alvo, há dias, de uma acção formativa levada a cabo pela delegação provincial do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), em matérias sobre a segurança social obrigatória.

A capacitação dos 29 dirigentes, que teve lugar no posto administrativo de Chissano, aconteceu durante a 7ª sessão do Governo distrital de Limpopo e foi ministrada por uma brigada provincial do INSS em Gaza, constituída por Aristides Alberto Chilaule, chefe do departamento de seguro social, e Dália Roberto Zandamela, chefe da repartição de atendimento e relações públicas, tendo o executivo sido liderado pelo respectivo administrador distrital, Virgílio André Mulhanga, e que se fazia acompanhar por Joaquim Rodrigo Mondlane, secretário permanente distrital, os directores de Serviços Distritais, chefes de postos administrativos e de localidades, para além de líderes comunitários, agentes económicos e um líder religioso.

Trata-se de uma acção que se en-



quadra no estreitamento de relações de trabalho interinstitucionais, entre o INSS de Gaza e os governos distritais, com particular atenção àqueles onde ainda não existe uma representação do INSS, para além de ter acontecido no âmbito da campanha em curso de inscrição

massiva de trabalhadores por conta própria (TCP) e agentes do Estado, durante a qual em Gaza já foram inscritos 204 trabalhadores. A nível de Gaza, estas parcerias estratégicas entre o INSS e os governos distritais, mais concretamente com os serviços distritais de ac-

tividades económicas, tem contribuído para o cumprimento do plano sectorial, em termos de inscrição de trabalhadores e na divulgação do sistema.

Virgílio André Mulhanga, administrador de Limpopo, que elogiou a iniciativa do INSS, apelou o seu elenco a capitalizar oportunidades desta natureza, per si raras, sobretudo dada a importância da segurança social na vida da população no alívio à pobreza absoluta, como em situações de falta ou diminuição da capacidade para o trabalho e na morte do trabalhador fonte do sustento da família.

Por outro lado, revelou ainda Mulhanga, Limpopo tem o desejo de ter uma delegação distrital, para responder

### **continuação da pag.3**

Humanitárias e Emergenciais, com sede em Moçambique. Oito países da SADC já assinaram o referido Memorando, faltando apenas três, incluindo Angola.

Jorge Cardoso disse que o instrumento vai garantir uma actuação concertada e coordenada da SADC em situações de calamidades naturais. “É uma medida de prevenção e gestão de desastres naturais”, disse. O diplomata falou também sobre os esforços para mitigar os riscos de desastres na região. Lembrou que a região tem registado ciclos de chuvas, inundações e estiagem, o que tem provocado uma situação de insegurança alimentar e destruição de importantes infra-estruturas.

### **Namíbia e África do Sul dão exemplos de paridade**

O Conselho de Ministros da SADC avaliou, ontem, o nível de implementação do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento na Região, ferramenta que tem servido para a afirmação positiva das mulheres. Neste contexto, o porta-voz da Cimeira da SADC informou que os ministros das Relações Exteriores ou dos Negócios Estrangeiros da região reconheceram o desempenho e as políticas que os Estados-membros têm implementado no que diz respeito à paridade do género.

Os chefes das diplomacias, disse, destacaram, como exemplos a seguir, a Namíbia e a África do Sul que conta com uma representação de 55 por cento de mulheres nos órgãos de decisão, incluindo a nível das estruturas executivas. A União Africana insta os Estados-membros a estabelecer uma representatividade de 50 por cento, tendo aqueles dois países ultrapassado cinco pontos percentuais.

De acordo com o relatório apresentado no Conselho de Ministros, Angola está a caminhar para a paridade, estan-

do a demanda dos serviços prestados pelo INSS, tendo, inclusive, mantido contactos nesse sentido, tanto com o Departamento provincial de Trabalho e Segurança Social, como com a ministra do pelouro. Por enquanto, sublinhou ser importante a criação de brigadas conjuntas com o INSS, com vista a massificação de inscrição de agentes económicos em regime de TCP e de trabalhadores por conta de outrem (TCO).

Aliás, os directores dos serviços de saúde e de educação aproveitaram a ocasião para solicitar a inscrição dos agentes que prestam serviços nas escolas e nos hospitais, sem contractos definitivos, ou seja, em situação de

### *Cimeira da SADC vai discutir candidatura de Angola à presidência da União Africana*

do a representatividade ainda na ordem de 38 por cento, disse Jorge Cardoso.

### **Homenagem a Julius Niyerere**

A SADC está a preparar uma homenagem ao antigo Presidente da Tanzânia Julius Nyerere, para honrar o seu legado e contribuição na luta de libertação da África Austral, adiantou o porta-voz da 43ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da organização. Jorge Cardoso disse estar a construída uma estátua que será oficialmente descerrada na sede da União Africana, em Addis Abeba, durante a próxima Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, a ter lugar em Fevereiro do próximo ano.

### **Órgão da Troika reuniu ontem**

No quadro dos preparativos da 43ª Reunião Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC, altos funcionários do órgão da Troika, reuniu-se ontem para preparar o relatório sobre a estabilidade política e de segurança na região.

O documento será apreciado esta quarta-feira pelos ministros deste organismo da SADC, que tem a responsabilidades de cuidar das questões de Paz, Defesa e Segurança na região.

Ontem, o Conselho de Ministros aprovou o lema da 43ª Cimeira “Capital Humano e Financeiro: principais factores para a industrialização sustentável da região da SADC”.

Na sessão de abertura, o novo presidente do Conselho de Ministros, Tété António, afirmou que a implementação da Agenda de Desenvolvimento e Industrialização da Organização Regional só é possível num contexto de paz e de segurança.

O chefe da diplomacia angolana justificou o posicionamento por considerar a paz, a segurança e a estabilidade

contratados, o que lhes deixa fora do quadro definitivo do aparelho de Estado. De forma acumulada, a delegação provincial do INSS em Gaza tem inscritos 4.302 trabalhadores por conta própria inscritos, até ao passado dia 31 de Julho.

Aliás, o INSS acolheu a ideia e disse ter já começado a trabalhar nesse sentido, em algumas escolas a nível da cidade de Xai-Xai, citando os exemplos da Escola Secundária de Xai-Xai e da Elizabeth Glaiser (uma ONG que luta contra o SIDA Pediátrico e criação de uma geração livre de HIV), que já tem os seus colaboradores inscritos como TCP no sistema.

pressupostos indispensáveis para o desenvolvimento económico.

No quadro dos novos desafios, Tété António acentuou que os esforços são orientados pela visão estratégica reflectidos na Agenda 2050 da SADC, Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP 2020–2030), Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais (RIDMP), assim como a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2017-2063.

O ministro disse ter sido com base nestas premissas que se escolheu o lema da Cimeira desta quinta-feira.

### **PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARTICIPA EM LUANDA NA 43ª CIMEIRA DOS CHEFES DO ESTADO E DE GOVERNO DA SADC**

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, participa, de 16 a 17 de Agosto de 2023, em Luanda, República de Angola, na 43ª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que se realiza sob o lema “Capital Humano e Financiamento: Principais Alavancas para a Industrialização Sustentável da Região da SADC”.

Durante a cimeira, os Chefes de Estado e de Governo irão abordar questões políticas, sócio-económicas, de paz e segurança, assim como mobilizar esforços conjuntos para fortalecer a integração regional face aos desafios com que a região se confronta.

# vertical

# Cyril Ramaphosa participa em Luanda na 43ª Cimeira Ordinária da SADC

O Presidente Cyril Ramaphosa realizará uma visita de trabalho a Luanda, na República de Angola, nos dias 16 e 17 de Agosto de 2023, para participar de uma cúpula de Líderes da África Austral que terá como foco a industrialização sustentável da região.

A 43ª Cimeira Ordinária do Chefe de Estado e Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral tem como tema "Capital humano e financeiro: Os principais motores para a industrialização sustentável da Região da SADC".

A Cimeira será precedida pela Cimeira da Troika do Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Cooperação em Segurança a 16 de Agosto de 2023.

O Presidente Ramaphosa, como Presidente cessante do Órgão da SADC, também estará presente na Cimeira da Troika. A Cimeira do Órgão Troika, vai discutir a situação política e de segurança na região com particular enfoque no Reino do Lesotho, Reino de Eswatini, Moçambique (Missão da SADC em Moçambique) e República Democrática do Congo.

A Cimeira da Troika do Órgão irá também reflectir sobre a consolidação da democracia na SADC e deliberar sobre as perspectivas sócio-económicas para a Comunidade.

Outras actividades da Cimeira incluem o anúncio do Concurso de Redacção da Escola Secundária da SADC de

2022, os Prémios dos Media e a entrega da Medalha de Honra a um dos Fundadores da SADC – o falecido e primeiro Presidente da República do Botswana, Seretse Khama.

As duas Cimeiras serão precedidas pela reunião do Conselho de Ministros da SADC de 13 a 14 de agosto de 2023 e de um Comité Ministerial do Órgão a 16 de agosto de 2023.

O Presidente Ramaphosa será acompanhado pela Ministra das Relações Internacionais e Cooperação, Naledi Pandor, a Ministra da Defesa e Veteranos Militares, Thandi Modise e a Ministra da Presidência responsável pela Segurança do Estado, Khumbudzo Ntshavheni.

## Colegas e familiares enaltecem qualidades profissionais e humanas do Prof. Doutor Teodósio Uate

(Maputo) Colegas de profissão, amigos, familiares e a comunidade universitária renderam homenagem, na segunda-feira (14/08) ao Prof. Doutor Teodósio Uate, docente e Director da Faculdade de Direito da UEM, falecido na última quinta-feira (10/08), em Maputo, vítima de doença.

Numa cerimónia simples e bem concorrida pela comunidade académica, o Reitor da UEM, Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior, reconheceu as qualidades pessoais e profissionais do Prof. Teodósio Uate.

Explicou que foi um dos melhores estudantes da sua geração, facto que lhe rendeu o convite para monitor assalariado, em 1981, dando início, dessa forma, o seu longo percurso como funcionário da Universidade. Foi em reconhecimento das qualidades do seu trabalho que, em 1984, foi promovido à categoria de assistente.

Segundo o Reitor, o percurso académico do Prof. Uate conheceu evolução ao longo dos anos, mas o início da fase mais avançada teve o seu marco após a conclusão do Doutoramento, em 2006, nos EUA, que mais tarde lhe valeu a pro-



moção à categoria de Professor Auxiliar, categoria que ostentou até a data da sua morte.

Em elogio fúnebre, o Reitor da UEM lembrou que de Fevereiro de 1982 a Março de 1987, Uate exerceu o cargo de Director do Gabinete de Relações Internacionais da UEM. Após uma passagem pela Faculdade de Direito onde foi

Director-adjunto entre Agosto de 1991 e Setembro de 1994, decidiu prosseguir com os estudos ao nível da pós-graduação tendo passado pelo Reino Unido e mais tarde, nos EUA.

Devido a sua experiência acumulada, o Prof. Doutor Teodósio Uate recebeu convite para ocupar o cargo de Jurista Sénior e Chefe da Unidade dos



Assuntos Jurídicos da SADC, no Secretariado da SADC, entre Junho de 2006 e Maio de 2018.

Em representação da Comunidade da Faculdade de Direito, o Dr. Tomás Timbane, descreveu o finado como um grande profissional com um percurso marcado pela dedicação ao ensino e investigação ao Direito, honrando sempre a sua profissão pelo rigor e excelência, sendo exigente consigo mesmo e com os outros.

“Muitos dos que são hoje colegas de profissão, foram ontem seus alunos e foi ele quem os introduziu ao estudo do direito internacional, através das dis-

ciplinas do direito internacional público e privado”, disse.

Timbane fez saber que do actual corpo docente daquela Faculdade, o Prof. Doutor Teodósio Uate, era o mais antigo, mas apesar desse estatuto, nunca fez disso a sua forma de ser e de estar, sempre se preocupando em formar-se e dedicar-se com paixão nos seus deveres. “Dos actuais docentes, mais de metade foram seus estudantes na licenciatura e outros ainda na pós-graduação”, frisou.

Os amigos do Professor Uate, também se juntaram ao enorme coro de elogios e o caracterizaram, sobretudo, como homem solidário. O Dr. Luís Bitone, lembrou que, nos anos 90, quando não tinham transporte pessoal, Uate disponibilizava o seu único carro para os programas de fim-de-semana. “E também lembro-me que eu passei várias vezes, o dia todo na sua residência, a ensaiar uma aula do direito internacional privado e o amigo Uate colocava-me perguntas como se ele fosse um aluno”, disse.

Os familiares do Prof. Doutor Teodósio Uate, também destacaram as suas qualidades, descrevendo-o como uma pessoa calma e sempre disposta a aju-



dar o próximo. Sua sobrinha Isabel Uate Matsinhe, disse que o tio era um homem temente a Deus, por isso, apesar da sua agenda apertada, nunca deixou de frequentar a igreja e de participar nas actividades da congregação.

Na sequência, o seu irmão, Benjamim Uate, agradeceu todo o apoio prestado pela Universidade, desde o início da sua doença. O velório em homenagem ao Professor Teodósio Uate, teve lugar na manhã desta segunda-feira, no Centro Cultural Universitário da UEM, e o funeral realizou-se esta terça-feira (15/08), em Chibuto, província de Gaza, sua terra natal.

## O Pensamento de: Ricardo Santos \*

### Investigação Turbocientífica de Moçambique

Estatísticas recém-publicadas pela Times Higher Education 1 colocam a minha UEM no 27º lugar do ranking das 100 melhores universidades da Africa Subsariana. Confesso que esperava ver por lá desta vez, a Politécnica, a Universidade Católica e outras, que há tempo dizem estar presentes nos quatro cantos de Moçambique.

Um dos aspectos que me chamou logo a atenção, foi a polarização da produção do conhecimento em um pequeno nicho de países de expressão inglesa. Com efeito, mais de 90% do top 100 é composto pela Nigéria, Africa do Sul, Gana, Uganda e Ruanda. Sendo que o país de Mandela se destaca com 10 universidades com alta qualidade de ensino e o de Obasanjo com 37 instituições de qualidade acima da média, sendo ambas, frise-se, nações densamente povoadas.

Quase perdi o chão, quando li que 66% das estatísticas foram colhidas em universidades públicas, i.e. financiadas, com o orçamento desses estados; 25% em instituições privadas não lucrativas, i.e., confissões religiosas e fundações; e somente 10%, instituições privadas lucrativas, i.e. subsidiadas, quase integralmente com propinas estudantis, monetização de instalações físicas, consultorias, parcerias, convénios e outras fontes de receita próprias.

Daí a pergunta: - Por que é que - ainda - não estamos lá? Para começar, revisitemos quatro barreiras que temos necessariamente de ultrapassar.

Em primeiro lugar, a barreira linguística. Por experiência

própria, tenho-me confrontado com a realidade de trabalhar com muitos graduados das nossas universidades, que não se expressam bem em Inglês, o que lhes veda a priori, a oportunidade de aceder a bolsas de investigação científica que os seus homólogos anglófonos desproporcionalmente dispõem.

Em segundo lugar, a barreira corporativa. Igualmente, por experiência própria, as universidades publicas nacionais, que representam a maioria do ensino superior, não cultivam a universidade aberta, o que possibilitaria, por exemplo, que profissionais com larga experiência em uma determinada área do conhecimento, pudessem interagir com estudantes do 1º e 2º anos para estimulá-los a se aventurar em novas áreas do conhecimento, por isto colidir com o dogma da infalibilidade imutável da classe docente universitária, que se comporta como um comité sindical.

Em terceiro lugar, a barreira salarial. Mesmo antes da TSU, há muito que se falava dos professores- turbo. Profissionais a tempo inteiro, mas com muito pouco tempo para preparar as aulas. E sobretudo, inovar e fazer investigação científica na sua própria cátedra. Espantosamente, oiço muitas lamentações vindas de alunos do ensino superior privado, por causa dos professores turbo-turbo, que são uma subespécie nascida da anterior, resultante da acumulação de cargos em empresas privadas ou órgãos do governo.

Presentemente, em nome da lei de compensação salarial

que a TSU nunca vai resolver, a opinião pública encolhe os ombros, quando um PHD que passa seis meses por ano ausente da sala de aulas, a fazer acumulação primitiva do capital.

Em quarto e último lugar, a barreira ética. Sobretudo quando confrontada a pernicioso realidade político-partidária. No caso de Moçambique, o paradigma aplica-se a todas as universidades, criando-se assim, uma atmosfera nociva ao debate livre de ideias que alimentaria qualquer investigação científica, promovendo-se ao invés, a incompetência criadora dinástica e teses plagiadas sem dó nem piedade.

Ora, confrontando esta dura realidade com a metodologia usada pela Times Higher Education facilmente compreendemos o orgulhosamente só da minha UEM.

Senão vejamos, em termos de recursos humanos, materiais e financeiros, a UEM dispõe de indubitavelmente do maior campus universitário de Moçambique, efectivo estudantil, docente e corpo técnico-administrativo. Estando a léguas de distância dos seus concorrentes mais próximos Politécnica e Universidade Católica. No entanto, todas universidades nacionais pouco ou nada investem no desenvolvimento contínuo do conhecimento e habilidades dos estudantes, sua saúde mental e financiamento dos seus estudos durante e após sua graduação. E quando isso sucede, o nivelamento faz-se por critérios discricionários, onde o compadrio e a partidarite dão o mote.

E isto pesa fortemente no segundo critério-chave, que é a oportunidade e a equidade no acesso ao ensino superior. Aqui a UEM também se destaca por ser a instituição de ensino superior em Moçambique que mais estudantes-bolseiros tem, respeitando inclusive - com grande brado na opinião pública - o princípio do género e da unidade nacional. Quanto aos seus concorrentes nacionais, pouco há a assinalar. Quanto muito, a existência a título excepcional de programas de deferimento do pagamento de propinas, sob estritas e limitadas condições de elegibilidade.

Em terceiro lugar está a qualidade do ensino. E aqui, tanto a UEM, como a sua concorrência pública e privada se equivalem. Pois o que falta em aulas práticas e experiências laboratoriais é compensado pela alta taxa de empregabilidade da Função Pública, que sozinha perfaz mais de 70% do primeiro emprego em Moçambique. Antes da TSU, a Função Pública era também a opção de carreira mais segura dos

recém-graduados e trampolim para a política ou o chamado empreendedorismo empresarial local. Pode ser que o cenário se venha a inverter nos próximos cinco anos, mas ainda hoje, muito poucos graduados do ensino superior em Moçambique optam por seguir uma carreira integral no Sector Privado. E na Academia, apesar do aumento notório da possibilidade de financiamento interno e externo da pós-graduação, vector por excelência da incontornável investigação académica, a qualidade do ensino tem sido formatada em função dos interesses dos professores-turbo e turbo-turbo.

O mesmo se pode dizer do envolvimento estudantil na vida académica, que é medíocre e com papel mais reivindicativo do que contributivo. Em parte, uma postura muito influenciada pela barreira ética anteriormente aflorada. De facto, em muitas universidades moçambicanas, algumas associações estudantis comportam-se mais como células político-partidárias, ou põe-se ao serviço da agenda da

Reitoral, porque uma postura cautelosa e distante dos centros de decisão académica, ainda é a melhor saída para se concluir um curso universitário.

Naturalmente que tudo isto pesa no impacto da produção académica oriunda das nossas universidades no continente africano. Mesmo reconhecendo o papel por vezes orgânico, dos think-tanks nacionais que nelas labutam, o que lhes possibilita influenciar ainda que implicitamente, actos políticos ou legislativos, duvida-se, até prova em contrário, que investigadores da UEM, Politécnica e Universidade Católica juntas - somente para citar estas - tenham publicado nos últimos cinco anos em revistas científicas de especialidade, em autoria ou co-autoria, mais de 1000 artigos com casos de estudo relativos a África. E muito menos sobre outras regiões do planeta. Adorava ser desmentido.

Em suma, o 27º lugar do ranking das 100 melhores universidades da África Subsariana ocupado isoladamente pela UEM sabe-me a pouco, sobretudo quando na mesma lista, a Somália, um estado falhado, possui três universidades de alto gabarito para os mesmos padrões subsarianos. E a Etiópia, seu populoso vizinho não menos turbulento, tem cinco das 100 melhores universidades na nossa região continental. Contra factos, não há argumentos.

**\* Mestre em Segurança de Informação e Direito Informático**

## ADE fortalece capacidades de mapeamento digital para aprimorar provisão de serviços de saúde em Mocuba

(Maputo) A Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial, Instituto Público (ADE - IP), liderou esforços em prol da saúde comunitária por meio de seu compromisso com o projecto-piloto de Micro Planificação da RED-REC. No âmbito dessa colaboração, a ADE realizou recentemente um workshop em Mocuba, na província da

Zambézia, que reuniu 33 técnicos do sector de saúde e outros profissionais dedicados à

causa, marcando o culminar do projecto.

Com foco na implementação de um inovador Mapa Digital de Saúde, o projecto foi desenvolvido nos distritos

de Guro e Mocuba, nas províncias de Manica e Zambézia, respectivamente. O objectivo era expandir o acesso aos serviços essenciais de saúde a todas as comunidades, independentemente de sua localização geográfica.

O plano de implementação do projecto, incidiu na capacitação dos profissionais de saúde na utilização de ferramentas de localização geográfica, bem como na identificação de pontos de concentração mais próximos e acessíveis às populações rurais.

A ADE desempenhou um papel crucial nesse empreendimento, capacitando profissionais de saúde na utilização de ferramentas de localização geográfica

para aprimorar o mapeamento de unidades sanitárias.

Sérgio Niquisse, especialista em inteligência geoespacial na ADE, ressalta que é missão da instituição "fornecer as ferramentas e os conhecimentos necessários para que as comunidades de saúde realizem um planeamento mais estratégico". "Os mapas digitais têm o potencial de revolucionar a qualidade dos serviços prestados, além de promover a igualdade no acesso à saúde", disse o mesmo responsável.

Durante o workshop em Mocuba, os participantes, gestores e profissionais de saúde, discutiram de forma aprofundada sobre a relevância dos mapas

digitais na optimização dos serviços de saúde. As principais conclusões destacam a importância do mapeamento para um planeamento mais eficaz e a alocação equitativa de recursos médicos. Além disso, ficou evidente que o uso dessas ferramentas pode melhorar a qualidade de vida das comunidades atendidas, fortalecendo a base do sistema de saúde no país.

As recomendações práticas do workshop enfatizaram a utilização do guia de procedimentos operacionais padrão para coleta de coordenadas geográficas, bem como a manutenção dos mapas acessíveis nas unidades de saúde para uso constante. A ADE incentivou ainda o distrito de Mocuba a liderar pelo exemplo, implementando as estratégias aprendidas para guiar futuros distritos

na adopção de mapas digitais.

A ADE - IP continua empenhada em apoiar o Ministério da Saúde na implementação contínua do projecto, com um plano sólido para disponibilizar as informações e recursos necessários para garantir que o mapeamento geográfico seja eficaz e transformador em todas as etapas.

## Conferência Científica do Moz-FETP explorou questões importantes da saúde das comunidades

(Maputo) Terminou, na última quinta-feira (10.08), a 2ª Conferência Científica do Programa de Formação em Epidemiologia de Campo de Moçambique (Moz-FETP), que, segundo o Director Nacional para a Área de Formação e Comunicação em Saúde do Instituto Nacional de Saúde, Rufino Gujamo, foi um espaço de reflexão sobre as complexidades da epidemiologia de campo, explorando questões sociais que afectam a saúde das comunidades a nível nacional e internacional.

Durante o evento, que foi realizado na cidade de Maputo, foram apresentados e discutidos 37 trabalhos de investigação científica levados a cabo por epidemiologistas nacionais e internacionais da Rede Lusófona.

“Cada apresentação, debate e interacção reflectiu o compromisso unificado de buscar respostas que possam moldar um amanhã mais saudável e seguro. As vossas contribuições, como residentes, graduados, profissionais de Saúde e defensores da saúde pública são vitais para enfrentar os desafios globais actuais”, referiu.

Durante o encerramento, foram graduados nove estudantes da 6ª coorte do Moz-FETP. No acto da entrega de certificados, Gujamo congratulou os recém-formados pelo esforço e dedicação no aprimoramento de habilidades técnicas e conhecimentos em epidemiologia de campo e disse esperar que os mesmos mantenham o espírito investigativo, a paixão pela excelência e a dedicação.

“Através dos vossos esforços, demonstraram a capacidade de responder a desafios inesperados, de analisar dados complexos e de projectar estratégias eficazes para proteger a saúde das nossas comunidades. Saibam que este é apenas o começo de uma jornada que continuará a evoluir, assim como as doenças que enfrentamos e as abordagens que usamos para combatê-las”, venceu.

Para além das graduações, o encerramento da 2ª Conferência Científica do Moz-FETP foi marcado pela premiação de autores dos melhores trabalhos científicos apresentados durante o evento.

Dos galardoados, está Inácio Costa,

Samanta Jaló, Neusa Fataha e Hélder Fumo, Clementina Niconte e Carolina Pacheco.

Entre a lista de critérios de avaliação dos trabalhos, figura o teor científico, criatividade, originalidade e complexidade.

Falando no acto da premiação, a coordenadora do Moz-FETP, Cynthia Baltazar, felicitou os vencedores e disse esperar que a distinção sirva de inspiração e incentivo na busca da excelência nas suas carreiras e realizações.

Ainda no encerramento do evento, que se iniciou na última terça-feira e juntou cerca de 100 profissionais de Saúde, Eduardo Chicanequisso, um integrante da 5ª coorte do Moz-FETP, recebeu a distinção de melhor fotografia epidemiológica.

No país, o Moz-FETP foi estabelecido em colaboração com a Direcção Nacional de Saúde Pública e a Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane, com o apoio técnico do Centro de Prevenção e Controlo de Doenças e da Rede Africana de Epidemiologia de Campo.

## “Divulgação de Matérias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo” - TETE

(Maputo) Em cumprimento do Resultado Imediato n.º 3 e 4, que preconiza a realização de Workshops e Formações no sector de Seguros e Fundo de Pensões, com o objectivo de materializar a recomendação do GAFI, a cidade de Tete acolheu, de 10 a 11 de Agosto Corrente, o IV Workshop de “Divulgação de Matérias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo” dirigido ao mercado segurador, fundos de pensões e outros intervenientes, organizado pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP

(ISSM, IP).

Coube ao Director dos Serviços Provinciais da Economia e Finanças de Tete, Luís Bongisse Gando, dirigir a cerimónia de abertura do evento, na sua intervenção, convidou os participantes a reflectir de forma conjunta sobre o estado actual e as melhores práticas no domínio da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, para uma avaliação correcta do risco, em particular, a nível do sector do seguro e pensões.

No entanto, ciente de que os desa-

fios em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo são enormes, reafirmou a determinação do Governo na luta contra a criminalidade organizada.

Por sua vez, o Administrador Executivo do ISSM, IP, Isaac Chiau, referiu que, ao evento, foram propostos temas e informações relevantes com o objectivo de clarificar as obrigações a que estão sujeitos os operadores do mercado de seguros e pensões sob supervisão do ISSM, IP, previstas na Lei n.º 11/2022, de 7 de Julho, de Prevenção e Combate



ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

“Esperamos ainda que, num futuro breve, os operadores do sector de seguros e pensões actuem comprometidos com as regras legais, daí o nosso investimento nestes workshops de divulgação de Matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, na perspectiva de que, no final, todos concorram para se assegurar o desenvolvimento dos seguros, de forma sólida, eficiente e credível”, disse o Administrador.

Isaac Chiau continuou dizendo que as regiões Norte e Centro do País têm sido palco de realização de diversas iniciativas do ISSM, IP, no âmbito da sua estratégia de inclusão financeira, tornando o papel da entidade de supervisão de

seguros mais abrangente e participativo.

Importa referir que, através do Relatório da Avaliação Mútua do País, adoptado e publicado em Junho de 2021, pelo Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (ESAAMLG), Moçambique foi colocado sob a lista de jurisdições de vigilância acrescida do Gabinete de Acção Financeira (GAFI), referida externamente como a “lista cinzenta”.

Neste contexto, uma série de medidas foram tomadas, nomeadamente: (i) aprovação pelo Conselho de Ministros da Estratégia contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento ao Terrorismo; (ii) aprovação da Revisão da Lei do Branqueamento de Capitais pela Assembleia da República; (iii) aprovação da Lei de Prevenção, Repressão e

Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa pela Assembleia da República, entre outras.

A par das medidas acima arroladas, no quadro do fortalecimento da integridade do sistema financeiro nacional e internacional, no âmbito das tarefas do Plano do GAFI, foi instituído os Comitês de Coordenação de Alto Nível dirigido pelo Primeiro Ministro, Adriano Maleiane, e o Comité Executivo de Coordenação, ou melhor, de Implementação, liderado pelo Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela.

Mais se informa que, actividades simultâneas, foram realizadas pelo ISSM, IP, nas Províncias de Nampula, Sofala e Inhambane.

## **AINDA NESTE ANO DE 2023:** *Moçambique pode colocar mais 11,7 MM de Meticais em Obrigações do Tesouro*

(Maputo) Moçambique colocou desde Janeiro, através da Bolsa de Valores, 24,9 mil milhões de meticais em Obrigações do Tesouro, tendo disponibilidade legal para emitir mais 11,7 mil milhões de meticais até ao final do ano.

De acordo com o diploma 14/2023, do Ministério da Economia e Finanças (MEF), de 18 de Janeiro, a emissão de Obrigações do Tesouro (OT) – dívida pública emitida com maturidades mais longas – para este ano prevê um valor global limite de 36,6 mil milhões de meticais, preferencialmente em duas emissões mensais, até 5 de Dezembro.

Dados da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) compilados esta segunda-feira (14) pela Lusa indicam que já foram feitas 12 emissões em 2023, com maturidades de até dez anos, e juros que variam entre os 17% e 19%.

Os valores angariados em cada operação oscilaram entre os 475 milhões de meticais em 8 de Agosto, a última destas emissões, e os 5,9 mil milhões de meticais angariados na operação realizada em 7 de Março.

Em termos indicativos, a próxima emissão de obrigações de Tesouro pela BVM deverá acontecer em 22 de Agosto, tendo o Estado ainda a capacidade de ir buscar ao mercado mais 11,7 mil milhões de meticais até final do ano, tendo atingido até ao momento 68% do limite legal de endividamento por OT até final do ano.

Dados anteriormente divulgados pela Lusa, com base nos relatórios de execução orçamental do primeiro trimestre, referem que o endividamento interno actual de Moçambique totalizava em 31 de Março, entre Obrigações do

Tesouro e Bilhetes do Tesouro – de maturidades mais curtas –, quase 295,7 mil milhões de meticais.

O Governo moçambicano aprovou anteriormente a denominada Estratégia de Gestão da Dívida Pública 2023-2026, que orienta as opções de endividamento ao longo dos próximos anos e pretende “trazer os limites para os indicadores de sustentabilidade da dívida na contracção de créditos”.

Prevê, ao nível da dívida externa, “privilegiar o financiamento na modalidade de donativos” e “na modalidade de créditos altamente concessionais para projectos rentáveis”, enquanto na dívida interna a prioridade passa por “privilegiar a emissão de obrigações de Tesouro de maturidade longa”.

## *Lucas Mangrassé testemunha início de pagamento do Subsídio para Criança em Nampula*

Vice-Ministro (Maputo) O Vice-Ministro do Género, Criança e Acção Social, Lucas Mangrassé, testemunhou, nesta sexta-feira, 11 de Agosto, o início de pagamento do Subsídio para Criança, abrangendo 124 beneficiários, no âmbito do Programa Subsídio Social Básico (PSSB).

O acto teve lugar no bairro Mucoro-

ro, Posto Sede do distrito de Mogovolas, na província de Nampula e esteve enquadrado na visita de monitoria conjunta que integrou a Alta Comissária Britânica em Moçambique, Helen Lewis e a representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Maria Luisa Fornara.

No distrito de Mogovolas, assistido

pela delegação do Instituto Nacional de Acção Social (INAS, IP) de Angoche, o subsídio vai cobrir, nesta primeira fase, 624 crianças.

Durante o evento, as mães e outros cuidadores foram sensibilizados a seguirem com rigor o calendário de consultas hospitalares, para controlar o desenvolvimento das crianças.

Refira-se que na província de Nampula está previsto para este ano, o atendimento de 33.146 crianças, das quais 5.498 para a Delegação do INAS, IP de

Angoche.

O subsídio para criança, em Nampula, abrange os distritos da cidade de Nampula, Anchilo, Muecate, Morrupula,

Menconta, Ilha de Moçambique, Nacala-Velha, Memba, Mossoril, Lalaua, Mecuburi e Angoche.

## MIREME avalia nível de execução das actividades planificadas para o presente ano no âmbito do PQG em Lichinga

(Lichinga) O ministro da Energia e Recursos Minerais, Carlos Zacarias, afirmou na segunda-feira, 14 de Agosto, que tudo está a ser feito para acelerar o ritmo de electrificação do País, com vista ao alcance do acesso universal à energia eléctrica até 2030.

“No domínio de energia, é-nos colocado o desafio de aumentar o ritmo de execução de ligações de novos consumidores domésticos, por forma que garantamos o alcance universal”, declarou Zacarias, durante a abertura do 8.º Conselho Coordenador do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, que arrancou na cidade de Lichinga, província do Niassa.

Carlos Zacarias considera fundamental, entre outros, aprimorar estratégias que culminou com o uso dos recursos nacionais no país, destacando a necessidade do processamento dos mesmos para melhor aproveitamento e captação de receitas.

Dando exemplo do que acontece na área mineira referiu que “há necessidade de estudo de mecanismos para processar os minerais produzidos, como a grafite, as areias pesadas, o carvão, de modo a adicionar valor e por essa via criar postos de trabalho e contribuir para a industrialização do país” disse acrescentando ser imperioso ajustar a actualização do sector. Segundo o governante, a electrificação de todos os postos administrativos, cuja conclusão está prevista para 2024, representa um teste à capacidade de mobilização de recursos, bem como de implementação dos projectos de geração de energia eléctrica.

Carlos Zacarias avançou que o País tem o desafio de assegurar a conclusão de projectos estruturantes, sobretudo os de geração e transporte de energia, o que vai impulsionar o desenvolvimento social.

Lina Portugal, Secretária de Estado da Província do Niassa fez referência,

na sua intervenção, ao potencial geológico mineiro da província com destaque para o carvão mineral avaliado em 60 milhões de toneladas e do granito vermelho tendo solicitado as estruturas do MIREME estudos detalhados que poderão determinar a viabilidade para a sua exploração, com vista a geração de emprego e captação de receitas.

O VIII CC do MIREME avalia o nível de execução das actividades planificadas para o presente ano no âmbito do Plano Quinquenal do Governo bem como debater temas específicos nas áreas de hidrocarbonetos e geração de energia.

O Conselho Coordenador do MIREME reúne quadros do sector sob o lema promoção da utilização eficiente dos recursos minerais e energéticos para o desenvolvimento integrado de Moçambique.

(redacção)

## Flysafair voa para Maputo

(Maputo) A companhia aérea de baixo custo FlySafair anunciou que vai abrir uma nova rota entre o Aeroporto Internacional O.R Tambo, em Joanesburgo, e Maputo, revela a Agência de Informação de Moçambique, AIM, a partir de Londres.

Segundo a AIM que ouviu Kirby Gordon, Director de Marketing da FlySafair, o voos terão início a 5 de Outubro e operarão quatro vezes por semana com bilhetes a partir de 1.400 rands (cerca de 73,93 dólares americanos às taxas de câmbio actuais) para o percurso Joanesburgo-Maputo, com os voos de regresso a partir de 2.000 rands (cerca de 105,62 dólares americanos).

A companhia está também a lançar serviços entre Joanesburgo e Harare, Livingstone e Victoria Falls.

De acordo com Kirby Gordon, Director de Marketing da FlySafair, “os planos para estas rotas têm estado a ser preparados há vários meses. Estamos muito satisfeitos por podermos finalmente anunciar a adição destas rotas e, mais importante ainda, por iniciarmos

as operações mesmo a tempo da época festiva”.

E acrescentou: “Estamos satisfeitos por oferecer aos clientes as nossas tarifas baixas e serviços pontuais nestas rotas adicionais. O turismo em África está definitivamente no caminho da recuperação. Esperamos ajudar a desempenhar o nosso papel no crescimento da indústria do turismo, tanto no país como no estrangeiro, ligando as pessoas através da nossa paixão pela aviação”.

A companhia aérea opera uma frota

de 54 Boeing 737, incluindo 43 737-800, oito 737-400, dois 737-400F e um 737-800F.

A introdução da nova rota irá fazer concorrência às Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), que oferecem voos entre Joanesburgo e Maputo a partir de 2.366 rands (cerca de 124,59 dólares americanos).

O outro operador na mesma rota, a Airlink, tem preços de bilhetes ligeiramente mais caros do que a LAM.

## Cimeira tem China como “alvo”

(Maputo) Analistas chineses alertaram ontem para a formação de uma “NATO em miniatura” na região Ásia Pacífico, nas vésperas da Cimeira entre Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, que tem a China como “verdadeiro alvo”.

O Presidente norte-americano, Joe Biden, vai receber sexta-feira (18/08) o Primeiro-Ministro japonês, Fumio Kishida, e o Presidente sul-coreano, Yoon Suk Yeol, em Camp David, residência de férias da Presidência norte-americana.

Citado pela imprensa oficial, Li Haidong, professor na Universidade de Relações Externas da China, observou que a reunião trilateral “constitui um passo para a formação de uma NATO em miniatura na região da Ásia-Pacífico” e “mostra como os EUA e os seus aliados fortalecem os laços através da criação de instabilidade, divisão e até crise”. (NM)